



“NÃO É FÁCIL SER CIGANA”: INTERSECCIONALIDADES, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES CIGANAS EM JUIZ DE FORA -MG

Eixo Temático: Gênero e sexualidade em foco: interseccionalidade e desafios de populações marginalizadas e estigmatizadas

Gláucia Siqueira Marcondes ¹
Anderson Ferrari ²

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado que se propôs a pensar como as subjetividades de três mulheres ciganas vão se constituindo em uma comunidade cigana em Juiz de Fora – Minas Gerais. A partir de perspectivas de inspiração pós-estruturalistas e dos estudos foucaultianos, problematizamos como gênero e etnia se articulam nas experiências dessas mulheres, sobretudo em relação ao mercado de trabalho. Através da metodologia da conversa, foi possível perceber que, além de enfrentarem construções de gênero desiguais, machistas e sexistas, deparam-se também com o preconceito étnico. O conceito de interseccionalidade foi potente para pensar as opressões que atravessam essas experiências, assim como as resistências produzidas frente às tentativas de disciplinação de seus corpos.

Palavras-chave: Mulheres Ciganas, Interseccionalidades, Gênero, Etnia, Resistências.

INTRODUÇÃO

Compreendemos a pesquisa como um modo de lidar com nossas inquietações diante da vida e do mundo. Isso nos conduz a pensar em uma pesquisadora atravessada por incômodos sobre o modo como se constituiu em relação às mulheres ciganas ao longo de sua vida. Assim, a pesquisa se desdobra de experiências negativas que, desde a infância, associavam as mulheres ciganas a roubos, feitiçarias e trapaças. Diante da urgência de problematizar esse pensamento, nasceu a pesquisa de mestrado³ (2018–2020) intitulada “Entre exuberância e mistério: subjetividades de mulheres ciganas nas interfaces entre educação e gênero”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais. Esta dissertação, além de problematizar a constituição subjetiva da própria

¹ Mestra pelo Curso de Educação da Universidade Federal - UFJF, siqueiramarcondesglauucia@gmail.com;

² Doutor pelo Curso de Educação da Universidade Estadual - UNICAMP, anderson.ferrari@ufjf.br;



pesquisadora, teve como objetivo pensar como as subjetividades de três mulheres ciganas vão se constituindo, tanto no contexto da própria etnia, quanto nas relações que estabelecem com os(as) não ciganos(as) na cidade de Juiz de Fora.

Através da metodologia da conversa, as mulheres ciganas puderam pensar sobre os seus processos de subjetivação, incluindo aqueles que influenciam as suas relações com o mercado de trabalho. Construimos com essa metodologia uma relação que ultrapassou a simples troca de palavras, uma vez que, diferentemente do diálogo convencional, a conversa pressupõe “disponibilidade, escuta e entrega” (Ribeiro, Sampaio e Souza, 2018, p. 164). Essa escolha metodológica além de possibilitar as mulheres ciganas momentos para pensar em seus processos de constituição, contribuiu para desestabilizar relações de poder verticalizadas entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa.

Essas conversas foram problematizadas a partir de referenciais teóricos de inspiração pós-estruturalista e dos estudos foucaultianos, os quais têm possibilitado construir novos olhares sobre as experiências das mulheres ciganas, além de promover deslocamentos no modo pensar a constituição dos sujeitos. Segundo Marlucy Paraíso (2004), essas abordagens teóricas rejeitam verdades fixas e a ideia de essência da subjetividade, compreendendo que os sujeitos são continuamente construídos através de discursos, linguagem, história e relações de poder.

A expressão “*Não é fácil ser cigana*”, que dá título ao artigo, remete a uma afirmação proferida por uma das participantes da pesquisa durante uma conversa acerca da inserção das mulheres ciganas no mercado de trabalho. Ao relatar episódios recorrentes de preconceito vivenciados por ela e por outras mulheres de sua etnia, a cigana enfatizou com essa frase, a dureza dessas experiências, marcadas pelos efeitos da discriminação interseccional de gênero e etnia.

O preconceito étnico manifesta-se na forma como o grupo cigano, enquanto minoria, é estigmatizado e marginalizado socialmente. A cultura cigana é frequentemente vista com desconfiança, e a mulher cigana, torna-se um alvo ainda mais vulnerável a essa discriminação, por ter a sua identidade étnica facilmente reconhecida pelos(as) não ciganos(as). Como ressalta, Paula Soria:

A romi está mais exposta ao ‘outro’, pois carrega as insígnias do grupo nas vestimentas, nos adornos e nos ofícios estigmatizados como a quiromancia. Dessa forma ela é a mais estigmatizada tanto nos contatos interétnicos como nas representações culturais. (Soria, 2016, p. 26)



De acordo com a citação, a romi (mulher cigana) encontra-se particularmente exposta ao preconceito, justamente por carregar, de forma visível no seu corpo, os símbolos culturais que compõem a sua identidade.

Em função dessa estigmatização identitária e do preconceito persistente, muitas ciganas enfrentam barreiras significativas no acesso ao mercado de trabalho, especialmente em ocupações como empregadas domésticas, uma função frequentemente desempenhada pelas mulheres ciganas participantes dessa pesquisa.

Como destacou uma das ciganas: *“Não está bom do jeito que está, muitas mulheres não conseguem trabalhar, existe muita gente desempregada.”* Esta dificuldade em obter emprego está intimamente associada ao preconceito étnico, que tende a associar as mulheres ciganas a estereótipos negativos, como ‘ladras’ e pessoas ‘não confiáveis’.

Diante desse cenário, as ciganas relataram que, para conseguirem emprego em casas de pessoas não ciganas, deixam de usar a vestimenta cigana, de modo a ocultar a sua identidade. Estes relatos evidenciam como os efeitos da discriminação interseccional, que combina fatores de gênero e etnia, impactam diretamente a vida dessas mulheres e seus processos de constituição.

Já o preconceito de gênero reforça essa marginalização, pois a mulher cigana, além de pertencer a uma etnia estigmatizada, é mulher. Dentro das estruturas sociais em que vivemos, essas mulheres enfrentam uma dupla opressão: primeiro, pelo seu gênero; e segundo, pela pertença a um grupo étnico considerado ‘inferior’ no imaginário social. Assim, a mulher cigana vive numa intersecção de preconceitos, sofrendo não só pela sua cultura, mas também pelo seu gênero.

Esse preconceito de gênero é muito presente na comunidade cigana. Em uma de nossas conversas, uma cigana disse que a própria comunidade cigana (tanto homens, quanto mulheres) não via com bons olhos a mulher que saía para trabalhar, enfatizando *“Será que realmente elas saíram para trabalhar, ou foram encontrar com homens?”*. *“A comunidade acha que temos que ficar nas barracas, que não podemos sair para trabalhar”*.

Essa fala demarca bem os lugares que essas mulheres ciganas da pesquisa podem ocupar na sociedade. A elas são destinados os espaços domésticos e privados, enquanto o público fica a cargo dos homens ciganos. As funções sociais atribuídas ao gênero perpassam o sexo biológico dessas mulheres, situação que muitas de nós, mulheres não ciganas, também sentimos na pele. Os homens, no decorrer da história, sempre ocuparam “o lugar do fora, do visível e do



público”; as mulheres, ao contrário, foram sempre consideradas “as porta-vozes do privado e do doméstico” (Paraíso, 2007, p. 139).

As participantes dessa pesquisa que quebra essa lógica de organização não é bem vista na comunidade cigana. Sua saída para o espaço público é motivo de dúvidas, suspeitas e questionamentos. Contudo, não podemos ver a mulher como mera receptora desse sistema, pois ela também participa da construção dessa sociedade desigual e machista, quando concorda, por exemplo, que mulheres não deveriam trabalhar no espaço público ou quando associa a sua possível saída ao encontro com homens.

Contudo, é importante ressaltar que onde há poder, há também resistência. De acordo com o Michel Foucault “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação” (Foucault, 2004, p. 241). Nesse sentido, ainda que atravessadas por múltiplas formas de opressão, as mulheres ciganas podem mobilizar estratégias de enfrentamento e, mesmo que de forma sutil, produzir deslocamentos em suas experiências relacionadas ao mercado de trabalho.

Enquanto algumas mulheres ciganas aceitam que seu lugar é restrito ao espaço doméstico, uma das participantes argumenta que estudar e trabalhar garantiria autonomia e respeito, demonstrando, mesmo que de forma sutil, uma forma de resistência que desafia as normas culturais e cria outras possibilidades de constituição para as mulheres ciganas.

É justamente sobre esses atravessamentos de gênero e etnia que este artigo se debruça, destacando como essas dimensões, indissociáveis, constroem as subjetividades das três mulheres ciganas estudadas. Para aprofundar essa análise, o conceito de interseccionalidade, cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw na década de 1980, é central. Crenshaw cunhou esse termo para pensar como diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe e sexualidade, se cruzam e impactam, de maneira simultânea e complexa, a vida das mulheres negras nos Estados Unidos. Contudo, como resalta Patricia Hill Collins, muito antes de Crenshaw, feministas negras das décadas de 1960 e 1970 já reivindicavam para a necessidade de refletir sobre essas inter-relações (Collins, 2017).

Neste trabalho, a interseccionalidade é mobilizada não apenas como ferramenta analítica para captar as múltiplas opressões que atravessam essas mulheres, mas também como uma estratégia crítica de questionamento das hierarquias de poder que estruturam as relações de trabalho e a constituição das identidades e experiências das três mulheres ciganas dessa pesquisa.



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para pensar como as subjetividades das três mulheres ciganas vão se constituindo, construímos como procedimento metodológico as conversas mediadas por diversos suportes, como fotografias, imagens, textos e reportagens. Esses materiais foram selecionados com o intuito de provocar reflexões sobre seus processos de constituição. Ao longo da pesquisa, foram realizados 14 encontros, nos quais variados temas surgiram, dentre eles a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Em cada encontro conversávamos sobre um tema de interesse das mulheres ciganas. Então, organizávamos previamente os recursos, mas sabendo das possibilidades de mudança. “Como saber aonde chegará uma conversa?” (Ribeiro; Sampaio; Souza, 2018, p. 29, p. 165). Conquanto esses encontros fossem pautados e planejados com antecedência, no decorrer das conversas, eram transformados e tornavam-se outra coisa, com novos objetivos, interesses e desafios.

A ética e o respeito guiaram todo o processo, levantando reflexões sobre a adequação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em contextos culturais específicos, como o das mulheres ciganas. Nesse sentido, concordamos com Cláudia Fonseca (2018, p. 206) que o TCLE é um documento que não contempla qualquer realidade, vez que esse “contrato escrito, fica fora de lugar em muitos contextos de pesquisa”, enfatizando que ao introduzi-lo em certos lugares aumentaria “o risco para o pesquisado ou, no mínimo, representa uma forma de violência simbólica” (Fonseca, 2018, p. 206). A exigência formal desse documento poderia expô-las dentro da comunidade, contrariando o próprio princípio ético de proteção previsto nas normas de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa as subjetividades das mulheres ciganas são construídas num espaço de tensão entre identidade cultural e as exigências sociais impostas pelos contextos interétnicos e de gênero.

A pesquisa evidenciou que, ao ultrapassarem os limites da comunidade cigana, as mulheres se deparam, de maneira mais acentuada, com o preconceito de cunho étnico. No entanto, no interior da própria comunidade, é o preconceito de gênero que se impõe com mais intensidade, limitando as suas possibilidades e suas escolhas profissionais. Assim, as mulheres enfrentam uma dupla opressão, confirmando a lógica da interseccionalidade proposta por



Crenshaw, onde gênero e etnia se combinam para limitar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa também evidenciou que a resistência constitui parte integrante do processo de subjetivação dessas mulheres. Mesmo que de forma sutil, elas desafiam normas culturais ao expressarem o desejo de trabalhar e ocupar o espaço público. Essas reflexões, alinhadas às abordagens pós-estruturalistas e foucaultianas, demonstram que as subjetividades são continuamente produzidas, negociadas e reconfiguradas, resistindo às forças que buscam fixá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que as subjetividades das três mulheres ciganas são atravessadas por múltiplas relações de poder, marcadas principalmente pela inter-relação entre gênero e etnia. As conversas realizadas no interior da comunidade cigana mostraram que, tanto nas relações com não ciganos(as) quanto no convívio com ciganos(as), essas mulheres enfrentam processos de exclusão e preconceito, sobretudo no campo do trabalho. No entanto, essas experiências não se limitam à condição de sujeição: em meio às tentativas de disciplinarização de seus corpos e modos de vida, as mulheres ciganas produzem resistências que tensionam as normas e abrem possibilidades para novos modos de existir. Refletir sobre essas trajetórias nos convida a questionar discursos universais sobre ser mulher e, principalmente, a reconhecer a importância de considerarmos as especificidades que afetam as mulheres ciganas, como as relações de gênero-etnia.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Se Perdeu na Tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, jan/jun. v. 5, nº1, p. 07-16, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FONSECA, Cláudia. Pesquisa 'Risco Zero': é desejável? É possível? In: GROSSI, Miriam Pillar; MELLO, Anahi Guedes de; SALA, Arianna; SCHWADE, Elisete (Org). **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 195-212.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits IV**. Paris: Gallimard, 1994.

MARCONDES, Gláucia Siqueira. **Entre exuberância e mistério**: subjetividades de mulheres ciganas nas interfaces entre educação e gênero. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) –



Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12256/1/g1%c3%a1uciasiqueiramarcondes.pdf>.
Acesso em: 20 mar. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber e subjetivação**. Chapecó: Argos, 2007.

PARAÍSO, Marlucy. Pesquisas Pós-Críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2025.

RIBEIRO, Tiago; SAMPAIO, Carmen Sanches; SOUZA, Rafael de. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? In: RIBEIRO, Tiago; SAMPAIO, Carmen Sanches; SOUZA, Rafael de. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 163- 180.

SORIA, Paula. Nas tessituras da emergente literatura romani (cigana): subalternidade, gênero e identidade em questão. **Pró-Revistas**, Santa Maria, n. 27, p. 21-31, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/22562/P.%2021-31>. Acesso em: 15 mar. 2025.